

O ESTATUTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DO FALADO E DO ESCRITO  
PARA A PESQUISA EM MUDANÇA LINGUÍSTICA

*Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi*  
*Angélica Terezinha Carmo Rodrigues*

**RESUMEN.** El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el estatuto teórico-metodológico de los datos de orales y escritos como fuentes para investigaciones de fenómenos de cambio lingüístico. La perspectiva que defendemos se aleja de una concepción compartimentada del habla y la escritura y se acerca de un concepto fuertemente basado en el pasaje de los escribientes por las prácticas sociales orales y letradas, instituidas socio-históricamente. Nos proponemos realizar una evaluación de parte de la literatura especializada, con el propósito de reunir argumentos en favor de la defensa de una convivencia entre los modos de enunciación orales y escritos, entendida no como una interferencia, sino como una combinación constitutiva que, por su naturaleza híbrida, habilita registros del valioso estilo vernáculo, *locus* de cambio, también en registros escritos.

*Palabras clave:* habla, escritura, cambio lingüístico.

**ABSTRACT.** The objective of this paper is to reflect on the theoretical and methodological status of oral and written data as a source for investigating linguistic change phenomena. The perspective we adopt here distances itself from a compartmentalized conception of oral and written texts writing since it is more closely associated with the writers' relationship with historically and socially established practices of orality and literacy. We conducted an assessment of some of the specialized literature in order to gather arguments to defend the coexistence of written and oral enunciations, understood not as a form of interference, but as a constitutive blend, which, given its hybrid nature, enables the occurrence of the vernacular data, a locus of change also present in written records.

*Keywords:* orality, writing, linguistic change.

**RESUMO.** O objetivo deste trabalho é refletir sobre o estatuto teórico-metodológico dos dados de fala e de escrita enquanto fontes para a investigação de fenômenos de mudança linguística. A perspectiva que defendemos se distancia de uma concepção compartimentada de fala e de escrita, e se aproxima de uma concepção fortemente fundada no trânsito dos escreventes pelas práticas sociais orais e letradas, instituídas sócio-historicamente. Procedemos a uma avaliação de parte da literatura especializada, com o propósito de reunir argumentos em favor da defesa de uma convivência entre os modos de enunciação falado e escrito, entendida não como uma interferência, mas como uma mistura constitutiva que, dada sua natureza híbrida, permite registro de estilo linguístico vernáculo, locus da mudança, também em registros escritos.

*Palavras-chave:* fala, escrita, mudança linguística.



*Signo y Señá*, número 23, junio de 2013, pp. 191-212

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>

ISSN 2314-2189

**1. INTRODUÇÃO.** Fala e escrita são frequentemente contrapostas na literatura linguística, que confere primazia ora à fala, ora à escrita. No âmbito da sociolinguística, por exemplo, desde o trabalho pioneiro de Labov (2008, 208), tem havido um consenso de que é na língua falada, mais especificamente, na língua vernácula, que reconhecemos as condições da mudança linguística. O contínuo fazer-se da língua, desse modo, só poderia ser flagrado na fala, ao passo que a escrita, por seu alto nível de planejamento, funcionaria como refreadora desse fazer-se, o que justificaria seu estatuto marginal na investigação de fatos de variação e mudança. Nessa perspectiva, as pesquisas sociolinguísticas se debruçam principalmente sobre dados recolhidos em situação real de fala, o que estimula, em outra via, a preocupação com a obtenção de *corpora* metodologicamente controlados para garantir um recorte mais fiel quanto possível da estratificação social da comunidade de fala investigada. A utilização de textos escritos no conjunto de pesquisas de orientação sociolinguística é justificada, em vários momentos, pela impossibilidade de acesso ao material falado de sincronias pretéritas. Ressalvas dessa natureza deixam transparecer o caráter subsidiário que a escrita frequentemente ocupa nessas pesquisas.

Com a retomada dos estudos histórico-diacrônicos ou, nas palavras de Tarallo (1984, 95), com o “renascimento da fênix”, que no Brasil ocorreu a partir da década de oitenta do século XX, um paradoxo se desenhou: ao mesmo tempo em que se admitia a fala como o *locus* da mudança, foram os dados de escrita de sincronias passadas que passaram a subsidiar as pesquisas em mudança, num cenário em que o falado e o escrito foram tratados prioritariamente de modo dicotômico, como modalidades distintas de língua. Nesse contexto, pouca atenção foi dada à representatividade dos textos escritos, principalmente no que toca aos modos de dizer de épocas passadas, e aos critérios que poderiam fundamentar a seleção dos textos, tendo em vista os diferentes fenômenos em investigação.

Uma exceção é Romaine (1982, 14), que lança questionamentos sobre a inexistência de uma “reflexão explícita acerca da pesquisa sociolinguística em dados de língua escrita”. Ao propor uma incorporação da dimensão social da variação linguística por meio de dados históricos de escrita, a autora inaugura toda uma preocupação acerca da utilização de enuncia-

dos escritos como *locus* da variação e da mudança<sup>1</sup>. Contudo, não foi suficiente para o aprofundamento das pesquisas sociolinguísticas, a partir de dados escritos, seja de sincronias passadas ou contemporâneas. Observa-se que a utilização de material de escrita ainda não está livre de ressalvas quanto à representatividade da língua, tipo de ressalva que convencionalmente não se aplica aos dados de fala.

À luz dessas questões, o objetivo deste trabalho é trazer contribuições acerca da relação fala e escrita para o tratamento da variação e da mudança linguística, problematizando aspectos que têm consequências para o recorte do *corpus*. Propomos repensar a proposição de Labov (2008, 208) de que apenas dados extraídos da fala espontânea podem ser admitidos como *locus* da mudança, não para menosprezar os dados de fala, mas para garantir à escrita seu devido lugar. Para tanto, partimos da hipótese de que os textos escritos trazem marcas da convivência de práticas de oralidade e letramento, e que essa convivência pode ser entendida como uma forma de heterogeneidade<sup>2</sup> que reflete, entre outras coisas, o pretendido vernáculo.

Nosso percurso consiste essencialmente na condução de uma discussão teórico-metodológica acompanhada de uma análise em textos de sincronias pretéritas. Não se trata propriamente de apresentar investigações sobre fatos de mudança, mas sim de propor um aparato metodológico sofisticado para as pesquisas em mudança. Fazemos o percurso em quatro etapas. Na seção 2, abordamos as noções de fala/escrita na linguística estruturalista. Na seção 3, focalizamos dos estudos sociolinguísticos, sobretudo do modelo de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), as concepções teóricas de *língua* e de *mudança*, e avaliamos sua implicação para as opções metodológicas. Na seção 4, revisitamos os conceitos de fala/oralidade e escrita/letramento na literatura linguística e nas ciências sociais, com o propósito de buscar respaldo para o deslocamento essencial de um lugar, que é *língua falada e escrita*, para outro, que é *texto falado e escrito*. Sem subestimar a extensa literatura sobre fala e escrita, nossa decisão

1 Essa preocupação, segundo Romaine (1982), se instaura quando o campo de estudo da sociolinguística se expande para incorporar também fenômenos de morfossintáticos, não tão dependentes da observação de realização acústico-articulatória quanto os fenômenos fonéticos/fonológicos.

2 A hipótese da heterogeneidade *da* escrita, que inspira grande parte de nossas discussões, foi elaborada e aplicada em Corrêa (2004) e nos vários trabalhos mais recentes desse autor, que aborda a heterogeneidade no campo do ensino de língua portuguesa.

por escolas e autores decorre de posições teóricas que assumimos ou recusamos. Na seção 5, reunimos argumentos para defender uma heterogeneidade inerente à escrita e, com base na noção de Tradição Discursiva, propomos uma metodologia fina que permite apreender aspectos dessa heterogeneidade. Para tanto, elegemos para análise os esquemas de junção dos textos, em que informações morfossintáticas são pareadas com informações semânticas, e aplicamos em duas amostras de textos representativos de diferentes modos de dizer. A análise traz evidências empíricas do peso da consideração da Tradição Discursiva, que recobre o linguístico, o cultural e o convencional, para as investigações em linguística sócio-histórica.

**2. O ESTATUTO DE FALA E ESCRITA NA LINGUÍSTICA MODERNA.** A exclusão da escrita na linguística moderna estruturalista é sustentada, em grande parte, pela identificação de fala com língua, sendo a escrita considerada apenas uma representação gráfica da fala e, portanto, artificial. A elaboração do estatuto da fala como natural e da escrita como artificial remonta a Saussure e a Bloomfield. Contudo, como salienta Coulmas (1983, 465), não era propósito desses teóricos discutir, de modo circunstanciado, a natureza da fala e da escrita como objeto de estudo.

Com base em proposições presentes no *Curso de linguística geral*, como aquela que sustenta que “a escrita obscurece a visão da língua” (Saussure 2006, 40), atribui-se frequentemente a Saussure a crença na artificialidade da escrita e sua exclusão dos estudos linguísticos. Mas, no próprio *Curso*, há argumentos que relativizam essa posição: “é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua”, uma vez que “[t]odos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte” (Saussure 2006, 137). Como afirma Endruweit (2008, 25), em sua leitura do *Curso*, fica evidente que a escrita não é concebida como um elemento secundário em relação à fala e que sempre haverá um lugar para a escrita numa reflexão marcada por exclusões e dicotomias.

Bloomfield, por sua vez, ao ser confrontado com a descoberta de línguas ameríndias que possuíam uma gramática extremamente complexa, mas que não tinham tradição escrita, concluiu que não havia relação entre o desenvolvimento de um sistema de escrita e a gramática (Coulmas 1983, 467). Contrariando uma linguística diacrônica, subsidiada pela filo-

logia, que privilegiava o estudo de textos literários, frequentemente antigos, Bloomfield (1933) apresenta evidências de que, do ponto de vista estrutural, as línguas sem tradição literária não deveriam ser concebidas como ‘inferiores’ às línguas de cultura e que, portanto, também poderiam constituir objeto de estudo. Assim, propõe duas linhas de investigação importantes para a ciência linguística. Uma delas consiste na elaboração de uma nova agenda para o estudo de línguas consideradas ‘primitivas’ e, a outra, na reflexão sobre a qualidade dos dados de escrita utilizados para o estudo de língua, uma vez que enunciados extraídos de textos literários clássicos não deveriam ser tomados como fatos de língua, uma vez que poderiam representar, mais do que o retrato da língua falada em determinada época e lugar, o estilo individual de um determinado autor.

Embora Saussure e Bloomfield não tivessem estabelecido uma dicotomia entre fala e escrita *per se*, seus argumentos acerca da independência entre escrita e língua foram evocados frequentemente com o intuito de delegar a escrita a um patamar secundário. Como desdobramento, a linguística moderna desassociou, em vários momentos, língua e escrita, e elevou a fala a um *status* de superioridade. No quadro teórico gerativista, por exemplo, a diferença entre língua oral e língua escrita é delineada nos termos da tese inatista, a partir da qual fica estabelecido que a gramática da língua oral é inata ao ser humano, enquanto a escrita demandaria uma “aprendizagem” diferenciada e monitorada (Kato 1993). Já no quadro da sociolinguística, como aprofundaremos na próxima seção, fala e língua foram integradas de modo tão contundente que a escrita foi, em vários momentos, desvinculada dos processos de mudança linguística (a não ser como evidência de mudança diacrônica ou de implementação da mudança).

Na realidade, a identificação entre fala e língua, que opõe a fala a outras manifestações linguísticas, não segrega apenas a escrita à condição de ‘língua’ artificial, mas também já imputou a mesma condição às línguas de sinais. Há quatro décadas, no entanto, pesquisas sobre línguas de sinais têm mostrando que elas constituem um sistema linguístico legítimo, com regras, estruturas e poder expressivo equivalente aos de quaisquer línguas faladas (Sandler e Lillo-Martin 2001), o que garantiria a elas o estatuto de língua natural.

Na contramão da perspectiva que opõe a fala a outras manifestações linguísticas, há pesquisas no âmbito da gramaticalização que identificam

a emergência de processos de mudança na escrita (Narrog e Ohori 2011) e nas línguas de sinais (Pfau e Steinbach 2011). Nos dois casos, a mudança segue trajetórias similares àquelas que foram descritas na literatura a partir da investigação em dados de fala. Narrog e Ohori (2011), por exemplo, ao tratarem de fenômenos de gramaticalização em japonês, verificam que os processos podem se instanciar na escrita, especialmente em situações de tradução.

Para nós, o conceito de língua deve prescindir sua manifestação, uma vez que fala, escrita ou gesto não estão em contraste no que se refere ao sistema linguístico que lhes é subjacente. Devido à natureza diversa das formas de enunciar, cada uma concentra propriedades particulares que devem ser consideradas no estudo de sua estrutura e uso. É por essa razão que perseguimos uma noção teórica de escrita, que seja capaz de fundamentar as decisões metodológicas no campo dos estudos em mudança linguística.

Salientamos, entretanto, que a argumentação encontrada em Romaine (1982, 14-15), inspirada em Saussure (2006) e Abercrombie (1967, 17-18), de que fala e escrita são instâncias da mesma língua corporificadas em diferentes meios e que um meio pode ser potencialmente autônomo como um “veículo” para a língua, precisa ser tomada com cautela, uma vez que pregamos em favor de uma interação entre práticas sociais que se refletem nos modos de dizer.

**3. A FALA COMO LOCUS DA MUDANÇA.** As pesquisas no campo da sociolinguística, centradas na descrição e análise de inúmeros fenômenos de variação e mudança linguística, elegeram a fala espontânea como sendo, por excelência, a fonte de dados capaz de revelar o real funcionamento da língua. Subjaz, portanto, nessa perspectiva, o reconhecimento de que é na fala que a língua de fato se materializa.

Ao romperem com a identificação entre estruturalidade e homogeneidade, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) defendem uma concepção de língua enquanto constituída de uma heterogeneidade ordenada, passível de sistematização, na medida em que é condicionada por fatores internos e externos, que podem ser observados empiricamente a partir de dados de fala espontânea. Dispostos a fornecer fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, os autores advogam que uma explica-

ção razoável da mudança dependerá, sobretudo, da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua.

Fundado em argumentos empíricos, Labov (2008, 237) refuta a “agramaticalidade da fala cotidiana”, que se sustenta, em parte, na dificuldade metodológica de estudo, em razão de sua própria natureza. Assim, no quadro teórico da sociolinguística, o objeto de estudo passa a ser o *vernáculo*, definido como sendo o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala (Labov, 2008, 244).

Acrescente-se a isso que a produção linguística espontânea, vernácula, é pensada em termos de um *continuum* estilístico, que contempla, em um extremo, registros marcados por maior formalidade e, em outro, registros marcados por um baixo grau de formalidade. O autor ressalta a importância do fator *formalidade*, na medida em que qualquer observação sistemática acerca dos hábitos de linguagem de um falante já confere à situação algum grau de formalidade, pois o sujeito tende a dar mais atenção à formulação dos enunciados.

No contexto dessas discussões, Labov (2008, 244) expõe uma das grandes controvérsias da pesquisa sociolinguística empírica, o chamado “paradoxo do observador”, segundo o qual o objetivo da pesquisa linguística na comunidade é descobrir como os sujeitos falam quando não estão sendo sistematicamente observados e, no entanto, os dados só podem ser obtidos por meio da observação sistemática. São conhecidas as estratégias propostas por Labov para facilitar o acesso ao vernáculo, dentre elas a coleta de narrativas de experiência pessoal, envolvendo situações de risco de morte. Narrativas dessa natureza, carregadas de forte teor emocional, exibem, segundo Labov (2008, 244-245), uma mudança de estilo que se distancia da fala monitorada e se aproxima do vernáculo.

No debate sobre a dificuldade na obtenção de dados de qualidade, Labov (2008, 244) admite que a utilização de dados de fala por si só não é garantia de acesso ao vernáculo e que, a depender do tipo de dado coletado, será necessário que o pesquisador controle os fatores de produção, tendo em vista possíveis interferências no planejamento prévio da fala como acontece, por exemplo, no caso de dados extraídos de programas de rádio e televisão. Labov (2008, 244) estabelece um contraste entre dados produzidos com maior e menor planejamento, e esse contraste é fundamental na distinção do objeto de estudo e da própria concepção de língua adotada pela sociolinguística, frente ao objeto de estudo e a concepção de

língua das visões estruturalista e gerativista, em que se admite trabalhar com dados produzidos artificialmente, às vezes pelo próprio pesquisador.

Embora não tenhamos nos textos de Labov uma abordagem explícita da relação fala e escrita, é possível encontrar, na própria noção de vernáculo, argumentos em favor da observação privilegiada dos dados de fala, em detrimento daqueles de escrita. Destaque-se, inclusive, a referência constante ao “falante” como sendo o produtor do vernáculo. Se se compreende a natureza das pesquisas labovianas, a referência ao falante e à fala justifica-se pelo seu objeto de estudo, a saber, a variação fonética. Esse tipo de variação, extensamente demonstrado (Labov 2008), tende a ser anulado ou minimizado na escrita. No entanto, quando nos voltamos para a análise de fenômenos de sintaxe ou morfossintaxe, as decisões metodológicas se pautam em questões de outra ordem<sup>3</sup>.

Essas razões que levaram a sociolinguística a priorizar inicialmente o estudo da fala, de certa forma, instigaram o entendimento de que fala e escrita poderiam ser opostamente distribuídas, entre outros aspectos, quanto ao grau de formalidade e planejamento. Esse ponto de vista que prevê uma separação discreta entre fala e escrita, com a prevalência de uma delas, aparece também em outros modelos de análise linguística, assim como em certas abordagens das ciências sociais, conforme discutiremos nas seções seguintes.

Mais recentemente, contudo, algumas pesquisas em sociolinguística têm confrontado resultados empíricos obtidos a partir da análise de dados oriundos tanto de *corpus* de fala, quanto de escrita<sup>4</sup>. A justificativa para tal procedimento reside, em geral, na proposição laboviana de que há uma escala progressiva de implementação das mudanças, segundo a qual as mudanças seriam desencadeadas na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários, avançariam pela fala informal de grupos

3 A depender da construção morfossintática em estudo, os dados podem ser escassos na fala, o que dificulta a análise estatística, sendo necessária a consulta a vários *corpora*, inclusive de escrita, para se chegar a um número de dados estatisticamente relevante.

4 Como exemplo, citamos os trabalhos de Tarallo (1983) e Bagno (2001), ambos sobre estratégias de relativização no português brasileiro. Tarallo verificou que as orações relativas com preposição (forma padrão, conservadora) são preservadas na escrita, mas escassas na língua falada, em que predominam as relativas cortadoras (forma não-padrão, inovadora), corroborando, dessa forma, a asserção de que a fala é o lugar da inovação. Por outro lado, Bagno, em pesquisa mais recente, verificou o predomínio de relativas cortadoras mesmo em registros escritos, como em artigos de jornais e revistas e textos literários.



mais elevados, atingindo posteriormente as situações formais de fala e, na última etapa, seriam assimiladas na escrita.

Sobre a implementação da mudança, a questão que colocamos é: qual(is) critério(s) subsidia(m) a seleção do material de escrita que servirá como contraponto para os dados de fala? Se o avanço da mudança está relacionado ao estabelecimento de um estereótipo social, não podemos perder de vista o fato de que determinadas situações de fala e de escrita estarão mais suscetíveis à realização de variantes inovadoras, enquanto outras se manterão mais fieis às variantes conservadoras. Nesses casos, a solução para acesso ao vernáculo pode estar na modalidade de uso da língua, no tipo de texto produzido, o que remete à importância da seleção do *corpus*, tema que desenvolveremos na próxima seção.

Para o momento, reafirmamos que a seleção do *corpus* é também um desafio para a Linguística Histórica que, ao trabalhar com textos selecionados segundo o critério temporal cronológico, como por vezes tem acontecido, deixa implícita a possibilidade de apreender estágios homogêneos de língua, ao mesmo tempo em que desconsidera informações decisivas para compreensão dos contextos condicionantes dos processos de mudança. Nossa proposta distancia-se dessa posição e elege o conceito de Tradição Discursiva, a ser devidamente esclarecido, como norteador da discussão sobre textos falados e escritos enquanto *corpus* de pesquisa. Como argumentaremos, as propriedades idiossincráticas das diferentes tradições podem impactar metodologicamente as pesquisas, fomentando resultados mais acurados do real funcionamento da língua e da mudança.

**4. RELAÇÃO FALA E ESCRITA: DA COMPARTIMENTAÇÃO À ESCALARIDADE.** Os enunciados falados e escritos, que buscamos caracterizar, decorrem das variadas práticas sociais de oralidade e letramento que lhes são constitutivas e que são altamente variáveis em função do tempo e de aspectos culturais. Admitimos, dessa maneira, um vínculo entre a prática social e os fenômenos linguísticos, um vínculo que é, portanto, *sócio-linguístico*. Contudo, os próprios conceitos de oralidade e letramento são bastante polissêmicos. Num sentido mais próximo do senso comum, a *oralidade*, identificada pelo aspecto fônico-acústico, é em geral associada a um gênero em particular, a conversação face a face; enquanto o *letramento*, identificado pelo aspecto gráfico, é em geral associado a tudo que diz respeito ao escrito. Desse ponto de vista, em que o critério decisivo é a materialidade semióti-

ca, há uma relação estreita entre oralidade/falado, por um lado, e letrado/escrito, por outro. Interessa, para nós, repensar a relação fala/escrita não propriamente em termos da base semiótica gráfica ou sonora, mas em termos das condições que permitem produzir os textos.

Uma revisão parcial na literatura especializada sobre fala/escrita permite verificar posicionamentos que vão desde a separação radical, compartimentando o falado e o escrito, até o tratamento escalar, com possibilidades de mescla. No primeiro caso, prevalece o tratamento autônomo da fala e da escrita, como dois sistemas distintos, fundados em traços linguísticos e situacionais antagônicos. Contextualização, implicitude, não-planejamento e pouca elaboração são traços atribuídos à fala; em contrapartida, descontextualização, explicitude, planejamento e alta elaboração são traços atribuídos à escrita. Nesse caso, é estabelecida uma relação entre *modalidades da língua*, que favorece a separação discreta. Seguindo essa perspectiva, há um conjunto de trabalhos nas ciências sociais, antropologia e linguística, dos quais Goody (1977) e Olson (1997) são representativos, que visam avaliar o impacto do surgimento da escrita para o desenvolvimento intelectual e social, para o desenvolvimento da literatura e de outras ciências em geral. Nesses trabalhos, há uma supervalorização da escrita. No âmbito de nossas preocupações sobre a noção e a relevância da escrita nos estudos sobre variação e mudança linguística, essa abordagem traz poucas contribuições, pois parece alimentar uma noção de língua escrita como produto homogêneo, estilizado e estático.

Já em outro posicionamento, a compartimentação é negada em favor da consideração de um contínuo de fala e escrita, em que estão representados os diversos gêneros ou tradições de textos (Koch e Öesterreicher 2007, Biber 1988). Ainda que a noção de contínuo suponha uma forma compartimentação, já que nos extremos estariam situadas as instâncias mais “puras” do falado ou do escrito, há um deslocamento: o foco sai do sistema (língua oral e escrita) e vai para o uso (textos falados e escritos), o que, de nossa parte, equivale a assumir: que fala e escrita são modos de enunciação pela língua (supostamente não puros); e que fala e escrita devem ser consideradas, primordialmente, à luz dos “modos de dizer”, histórica e convencionalmente instituídos, à luz das Tradições Discursivas. Essa perspectiva é, para nós, mais vantajosa.

Entendemos por Tradições Discursivas (TD, daqui em diante), à maneira de Koch (1997) e Öesterreicher (1997), modelos ou esquemas discursi-

vo-tradicionais relativamente estáveis, sócio-historicamente convencionizados, que determinam a escolha e a combinação dos elementos linguísticos, regulando assim a produção e a recepção do discurso ou texto. Tais modelos tradicionais abarcam não só os gêneros textuais e discursivos, mas também gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais e atos de fala.

Na esfera da romanística alemã, os trabalhos desenvolvidos por Schlieben-Lange (1983, 1993), em Tübingen, compatibilizaram questões de sociolinguística e de pragmática à teoria de Coseriu (1958, 1981), e foram fundamentais para a construção do conceito de TD. A autora defendeu, entre outras coisas, a existência de uma história dos textos independente da história das línguas. Refinando essa linha de investigação e visando distinguir essas duas grandezas históricas —língua e texto—, Koch (1997) e Öesterreicher (1997) propõem a reduplicação do nível histórico coseriano<sup>5</sup>, reconhecendo dentro dele o domínio da língua histórica particular e o domínio das TD.

A segmentação do nível histórico permitiu vislumbrar que a produção do sentido passa necessariamente por duas espécies de “filtro”, que levam à adequação a dois tipos de regras: as *regras da língua*, que organizam os fatos linguísticos, tais como oposições fonológicas, construções morfológicas, arranjos sintáticos e escolhas lexicais; e as *regras da TD*, que organizam o linguístico numa unidade mais alta, o discurso ou texto, em termos de conteúdo temático, estrutura e estilo. Embora as fronteiras entre os dois conjuntos de regras não sejam claras, uma vez que as regras da TD também são linguísticas, Koch (1997) insiste na questão da transmissão de regras enquanto fator de distinção. Segundo ele, as regras da língua podem ser transportadas por comunidades linguísticas, ao passo que as regras da TD podem ser transportadas por grupos culturais (grupos de profissionais, movimentos políticos, correntes literárias, etc.) para diferentes comunidades linguísticas.

5 A distinção entre os três níveis da linguagem (universal, histórico e individual), proposta por Coseriu, decorre de sua concepção de linguagem como atividade humana *universal*, realizada *individualmente*, segundo técnicas *historicamente* determinadas. O nível universal refere-se à capacidade humana universal de falar; o nível individual refere-se ao discurso como enunciação particular e única; o nível histórico refere-se às línguas e às variedades linguísticas enquanto produtos históricos da atividade humana. Nessa perspectiva, todo enunciado pode ser analisado pelos vieses de sua universalidade, de sua singularidade e de suas condições histórico-culturais (Kabatek 1996, 18).

As TD são, portanto, tradições culturais do ser humano e, como tais, são fenômenos historicamente modificáveis. Em decorrência de transformações sócio-culturais, econômicas, políticas, tecnológicas, emergem novos *modos de fazer* e novos *modos de viver*, e desses decorrem pressões por novos *modos de dizer*, distintos dos já existentes, tendo em conta a satisfação das necessidades comunicativas. Ora, se mudam as condições gerais da produção dos enunciados (as finalidades comunicativas, os perfis sociais dos escreventes, os conteúdos temáticos), então mudam fundamentalmente as TD. A mudança de uma TD se concretiza como produto de uma convivência, que pode ser mais ou menos duradoura, entre os elementos convencionais e os elementos inovadores da TD, gerando situações de mescla, situações de derivação entre TD<sup>6</sup>.

O conceito de TD vem conquistando um estatuto privilegiado nos estudos em mudança linguística, pelo enfrentamento do grande desafio metodológico do linguista historicista, que é a representatividade do *corpus*. Segundo Kabatek (2005, 164), a seleção de textos baseada na distinção de TD é fundamental para a pesquisa em variação e mudança, uma vez que, em função da temática, das finalidades comunicativas do escrevente e demais condições gerais de produção, as TD predisõem o uso, a frequência e a distribuição de determinadas construções linguísticas. Assim, em função do fenômeno em investigação, certos textos devem ser selecionados, por favorecerem a observação de ocorrências, enquanto outros, excluídos.

Na literatura recente, vários trabalhos têm se pautado nessa orientação. Se, por exemplo, a pesquisa quer flagrar alterações no sistema de tratamento, cartas pessoais constituem uma fonte importante, como mostra Lopes (2011). Se o investigador se volta à descrição do estatuto construcional das composições paratáticas justapostas, buscando reconhecer os correlatos formais que estão aliados aos mecanismos interpretativos colocados em jogo por tais construções, a opção por peças teatrais, como fez Béguelin (2010), é um caminho frutífero. Se a prioridade está no estudo do funcionamento e da história das construções condicionais em portu-

6 A esse respeito, Rodriguez (2008) analisa aspectos temáticos e estruturais de textos do espanhol antigo, e sustenta uma relação de derivação entre os textos hagiográficos medievais, oriundos da tradição de relatar a vida dos santos, e os tratados do século XV, em defesa das mulheres, que consistem numa recompilação de biografias de mulheres ilustres e virtuosas.

guês, particularmente na apreensão de ampliações recentes no paradigma das condicionais, como é o caso da inserção da perífrase *vai que*, do português, a atenção se volta a outros tipos de texto. Longhin-Thomazi (2010) mostra que as ocorrências de *vai que* são escassas numa variedade de tradições de textos, mas são abundantes em *blogs*, conforme as ocorrências em (1) e (2), extraídas da referida obra:

- (1) Mais isso foi bom, nunca mais espero ninguém apertar o botão por mim (ou se for aqueles arcaicos, puxar a cordinha). Darei sinal até mesmo para o ônibus parar no ponto-final, apenas por precaução, *vai que* o motorista também esteja viajando na maionese (<http://my.opera.com/bgc/blog>).
- (2) Vamos supor que o dia do encontro foi um sábado. Aos domingos, você costuma dormir até mais tarde. Mas resolve colocar o relógio pra despertar mais cedo. Claro, afinal... *Vai que* ele te liga e você está dormindo. *Vai que* ele gosta de ir à igreja e acorda cedo... *Vai que* ele pertence a uma organização estranha, ou banca o moço saúde que nunca acorda depois das 8h (<http://blog.mafaldacrescida.com.br/>).

A opção por construções hipotéticas com *vai que* é favorecida em *blogs* caracterizados por maior informalidade, por conteúdo contemporâneo, que reproduzem, de algum modo, os rituais da oralidade, sobretudo a encenação do diálogo face a face. Os *blogs* são discutidos atualmente por especialistas em termos de *hipergêneros*: gêneros mais abrangentes (gêneros “guarda-chuva”) que comportam subgêneros. As pesquisas nesse campo têm enfrentado dificuldades na definição de gêneros digitais em emergência, têm discutido o papel do suporte, e a questão de que a língua muda muito menos rapidamente do que a tecnologia.

Diante do exposto nesta seção, a consideração da TD é mais fundamental do que o modo de enunciação. Além disso, TD típicas do letrado podem trazer, em diferentes graus, marcas da oralidade, como é o caso do *blog*, que evidencia o encontro entre o oral e letrado, uma forma de heterogeneidade. Na seção seguinte, seguindo Corrêa (2004), buscamos em Street (2006) argumentos que corroboram a noção de escrita heterogênea e propomos, inspiradas em Kabatek (2005), uma metodologia que permite apreender aspectos da heterogeneidade que é relevante para os estudos em mudança.

**5. A ESCRITA COMO LOCUS DA MUDANÇA: EVIDÊNCIAS DA HETEROGENEIDADE.** Encontramos em Street (2006) argumentos que sugerem fortemente a necessidade de reavaliação dos atuais parâmetros utilizados para conceituar fala

e escrita. Tais argumentos reforçam o ponto de vista acerca de uma heterogeneidade da escrita, decorrente da heterogeneidade das próprias práticas sociais. Retomando resultados de Schuman (1987, *apud* Street 2006, 480), que pesquisou o modo oral e escrito de contar histórias entre adolescentes de um gueto no leste dos Estados Unidos, Street mostra que

*[...] em contraste com os modelos convencionais que supõem o uso da fala para a comunicação face a face e da escrita para a comunicação do autor ausente, os adolescentes frequentemente usavam narrativas orais para veicular mensagens para terceiras partes ausentes (por meio de boatos do tipo ele disse que ela disse), e usavam a escrita como parte de trocas face a face nas quais documentos eram produzidos em colaboração e lidos em voz alta, ou como comunicação solitária consigo mesmo em diários (Street 2006, 481).*

Fatos como os descritos acima são suficientes para descartar, por exemplo, os modelos de fala e escrita fundados em traços situacionais dicotômicos, que associam a escrita à produção “em ausência”, e a fala, “em presença”. Nossa perspectiva aproxima-se daquela de Street também no que toca à crença em uma multiplicidade de letramentos. Para o autor, as práticas de letramento são modos variados e complexos de representar os significados de ler e escrever, em diferentes contextos sociais, em meio a relações de poder e ideologia. São, para ele, práticas constitutivas da identidade dos indivíduos, associadas a papéis sociais assumidos ou recusados. Portanto, os contextos e os papéis sociais dos escreventes são cruciais para o produto escrito.

As pesquisas de Street, em diferentes comunidades, trazem evidências de que a escrita emerge no interior de um modo oral de pensamento, que continua coexistindo nos modos de letramento. Isso se traduz, segundo o autor, na percepção de traços da oralidade no material escrito ou na adaptação de formas escritas à prática oral. Desse modo, há o misto entre oral/letrado, falado/escrito. Das várias instâncias desse misto, abordadas pelo autor, destacamos as composições dos textos sagrados, na Índia, que visavam à facilidade de repetição e de memorização; e a escrita comercial de uma pequena comunidade iraniana, cujo modo de constituição funcionava como um recurso à recitação.

**5.1. JUNCÃO E TD: UMA INSTÂNCIA DA HETEROGENEIDADE.** Para reunir evidências empíricas do heterogêneo, elegemos como lugar de observação os esque-

mas de junção de um texto, em que informações morfossintáticas são pareadas com informações semânticas, e aplicamos uma análise da junção, a título de ilustração, em dois conjuntos de textos do português, representativos de diferentes modos de dizer. Nossa opção pela junção se fundamenta em Kabatek (2005, 167), que utiliza uma metodologia estatística para identificação das diferentes TD. Com base na proposta multidimensional de Biber (1988), que analisa traços linguísticos e situacionais para diferenciação e disposição dos gêneros textuais em um contínuo, Kabatek sugere uma redução dos parâmetros de análise, restringindo-se à junção, numa abordagem em que conjuga tipos de juntores, frequência relativa, distribuição no texto e grau de complexidade sintática e semântico-cognitiva. Para Kabatek, a junção é um fenômeno singular para apreensão da(s) TD(s) em que um texto se insere.

No âmbito da junção, propomos avaliar escolhas no eixo sintagmático, ou seja, escolhas acerca da arquitetura paratática ou hipotática das construções de junção, e escolhas no eixo paradigmático, ou seja, escolhas acerca da alternativa no conjunto dos juntores. Essas escolhas deixam transparecer aspectos da natureza composicional e, ao mesmo tempo, do estilo das TD. Para mapeamento e classificação das ocorrências, adotamos um modelo de junção de orações (Halliday 1985, Martin et al. 1997), de base sistêmico-funcional, que pressupõe a não-discretude dos processos de junção e o cruzamento entre informações sintáticas e semânticas.

Aplicamos a análise em duas amostras de textos do português, de sincronias pretéritas<sup>7</sup>. A primeira amostra de textos, organizada por Simões e Kewitz (2005), diz respeito a um conjunto de 29 cartas que aborda a questão do aldeamento de índios no Brasil, no século XVIII. Na época, núcleos de população indígena foram criados nas proximidades da então província de São Paulo, com o propósito de controle e exploração sócio-econômica das populações. As cartas foram escritas por religiosos, que eram os responsáveis pela administração das aldeias, e se dirigiam aos seus superiores, também religiosos ou militares. A finalidade das cartas

7 A leitura de textos de sincronias pretéritas, tais como aqueles que utilizamos, é dificultada, em grande parte, pela falta de normatização na colocação do espaço em branco, que gera dificuldades para a delimitação da palavra gráfica. Palavras e construções apresentam segmentação variável e se distanciam das convenções atuais, ora porque são hiposegmentadas, ora porque são hipersegmentadas. A falta de uma normatização fica saliente também nas tantas abreviações e na multiplicação de grafias, em que é comum uma mesma palavra ser grafada diferentemente, no mesmo texto.

era informar a listagem dos índios pertencentes à aldeia, relatar dificuldades administrativas e financeiras, solicitar orientação para solução de conflitos, justificar decisões tomadas, bem como explicar as circunstâncias de fatos ocorridos. A carta de aldeamento é hoje uma TD extinta, uma vez que a prática social que a sustentava já não existe.

A segunda amostra de textos é constituída por 61 receitas culinárias portuguesas, reunidas em edição brasileira, sob o título de *Um Tratado da Cozinha Portuguesa do século XV*, numa parceria do Instituto Nacional do Livro com o Ministério da Educação e Cultura<sup>8</sup>. As receitas estão divididas em 4 cadernos: 26 receitas de carnes, 4 de ovos, 7 de leite e 24 de conservas. As características paleográficas dos cadernos sugerem que as receitas foram escritas provavelmente por três escreventes fidalgos, em finais do século XV e início do XVI. A receita culinária é uma TD que continua em uso, porém transformada, sobretudo quanto à composicionalidade, como mostraremos adiante.

O mapeamento dos esquemas de junção nas cartas de aldeamento revelou que o modo de composição dos períodos é predominantemente o *hipotático*, fundado em relações hierárquicas de dependência, conforme o gráfico 1 (normalização em 1.000 palavras). Há, no gráfico, dois picos mais salientes que sinalizam as relações de causa e finalidade. Para a codificação de causa<sup>9</sup>, as escolhas mais frequentes foram os jutores *porque* e *como*, e as construções *por+infinitivo*, e as de *gerúndio*. As causas realizadas por parataxe (em geral, causas epistêmicas) envolveram o jutor *pois* e algumas construções com *e+anafórico*. Já as construções de finalidade foram codificadas, na totalidade dos casos, por perífrases conjuncionais e preposicionais: *para que*, *a fim de que*, *para o fim de*, *para+infinitivo*.

8 A edição brasileira que utilizamos é de 1963, e está dividida em quatro partes: (i) reprodução, em fac símile, do manuscrito I-E-33, da Biblioteca Nacional de Nápoles; (ii) leitura diplomática que reproduz o texto original com grande fidelidade; (iii) leitura moderna; e (iv) índice dos vocábulos.

9 A *causalidade* é uma categoria fundamental para a representação do conhecimento humano, nos processos cognitivos de predição, explicação e compreensão (Noordman e Blijzer 2000). Trata-se de um domínio que se desdobra em polissemias semânticas (causa, efeito, motivo, justificativa, explicação) e em polissemias pragmáticas (causas de conteúdo, epistêmicas e conversacionais).



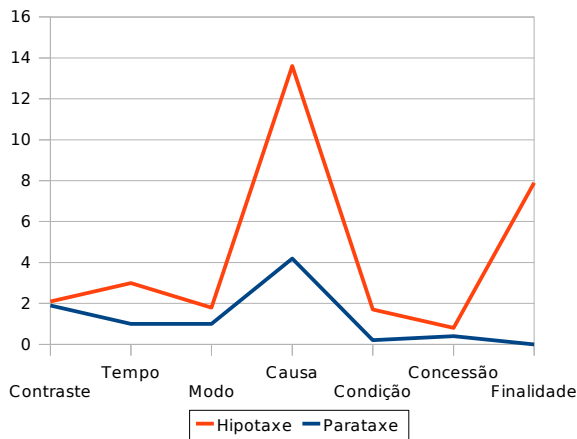


Gráfico 1: Mecanismos de junção nas cartas de aldeamento de índios.

Seguem ocorrências exemplares:

- (3) Meu Senhor Remeto aVossaExcelencia a Lista dos Indios que memandou fizeSse, o que não fiz Com mais brevidade porque andei proCurando notiCias por fora, pois os Indios da Aldea não Sabem de todos; vam as idades de Cada hum, eotempo que faltam da Aldea pouCo mais, ou menos, pois não pude saberisto Com Certeza (*Cartas de Aldeamento de Índios*, carta 11).
- (4) Como Vossaexcelencia foi Servido esCreverme que denhuâ maneira lha entregaSe antes aConServaSe Como ate aqui Como o faSso vejome Com fuZo Sobre isto ter hu aCarta de Vossaexcelencia aque não entregue eos despaxos meordena que entregue Com esta minha (*Cartas de Aldeamento de Índios*, carta 9).
- (5) Os Supriores na da Cobram dellez, epor iSso he impocivel Sacerdote algum aqui Subycistir por nam ter com que Sealimentar (*Cartas de Aldeamento de Índios*, carta 20).
- (6) Suplicando a Vossa Reverendissima queira falar aSua Excelencia para que haja depreviencias (*Cartas de Aldeamento de Índios*, carta 20).

O mapeamento dos esquemas de junção nas receitas culinárias, conforme o gráfico 2, apresenta uma configuração bem diferente. Nesses textos, é a *parataxe* o modo de composição mais comum e a relação de tempo é muito mais frequente que as demais. Os esquemas com o juntor *e*, acompanhados ou não pelos advérbios juntivos *depois* e *então*, juntamente com a informação semântica dos verbos (*pegar*, *picar*, *colocar*), estabelecem uma sequencialidade temporal entre o que vem antes e o que vem

depois, de modo a reproduzir, numa ordem icônica, os eventos ou etapas para preparação do prato.

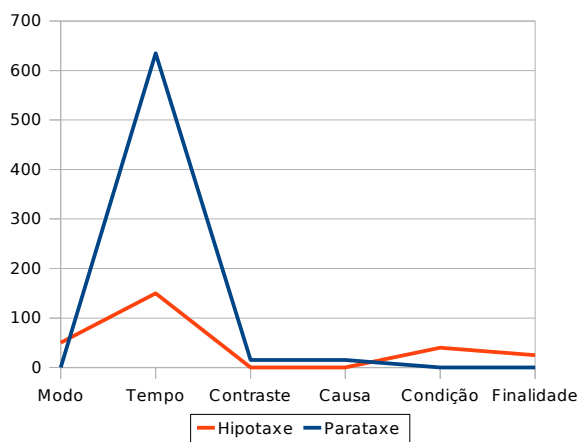


Gráfico 2: Mecanismos de junção nas receitas culinárias.

No que segue, apresentamos um exemplar de receita culinária do século XV, nas leituras diplomática e moderna. Na versão diplomática, que é nosso objeto de análise, assinalamos com negrito os mecanismos de junção temporal. O exemplar revela aspectos da remodelagem da tradição, que aparecem na composicionalidade e no estilo da TD receita. Por exemplo, não há nas receitas antigas uma estruturação dos enunciados na forma bipartida, que é característica das receitas contemporâneas, com a segmentação do texto em duas porções distintas: a primeira, verticalizada, que traz a lista e a quantificação dos ingredientes necessários e, a segunda, horizontalizada, que traz as instruções para o preparo do alimento. Nos textos das receitas que analisamos, encontram-se mesclados ingredientes e modo de fazer, há imprecisão nas quantidades dos ingredientes, e a ênfase está na sequência do preparo. Esse *modo de dizer* das receitas é, para nós, reflexo de um modo de fazer tradicional, de um cotidiano distante no tempo<sup>10</sup>.

10 Há, nesses textos, outros índices sobre os modos de fazer do cotidiano: o que se cozinhava, os sabores privilegiados, os tipos de utensílios, o modo de decorar e servir os pratos.

*Versão diplomática* (p. 17)R<sup>ta</sup> das murcellas

hũa aroba de carne de porq<sup>o</sup> dos lombos e das pernas piquada como pa pastel muyto meudo/ **e êtam** atado ã hũa toalha muyto grossa e metida ã huũ Sesto e Estee pÿ durada cô huũ peso ã cima/ **e este** asy três oras/ **e êtão** tomaram vinte e cimq<sup>o</sup> ôz de sall moydo **e** comq<sup>o</sup> ôz e ma de pimêta mesturada cô ho sall moydo/ **e** tomaram há carne **e** estemdelahão ã huũ tauol<sup>to</sup> **e êtão** tomê ametade do Sall e py mêtã **e** lamcemno por cima da carne/ **e êtão** Amasemna muyto bem **ate q** se êbeba muyto ã a carne **êtão** tornêna a estemder/ **e** tornê a lamcar demtro ho outro Sal e py mêtã q fica/ **E** tornê a souar outra vez muyto bê/ **E** se a carne for muy<sup>to</sup> magra dejtãrlheão algũa carne de porquõ guarda.

*Versão atualizada* (p. 142)

Receita de Morcelas

Piquem miudinho uma arroba de carne de porco, lombo ou pernas; a seguir envolvam-na num pano bem grosso, e deixem-na pendurada dentro de um cêsto, com um peso em cima, durante três horas.

Misturem 700 gramas de sal fino a 150 gramas de pimenta-do-reino; tirem a carne de seu repouso e lancem-lhe o seu tempero. Juntem tudo muito bem. Se a carne for muito magra, adicionem-lhe um pouco de carne gorda.

Encham-se as tripas, e a linguiça está pronta.

A comparação entre os resultados obtidos permite afirmar que as relações semânticas codificadas nas tradições de textos que examinamos — as cartas e as receitas— estão a serviço das finalidades comunicativas: nas cartas de aldeamento, os escreventes justificam aos superiores na hierarquia social ou religiosa os mais variados fatos da administração das aldeias, o que explica o tom mais formal dos textos, aliado ao alto índice de construções causais e finais, construções que atuam como modos de defesa e de legitimação. Nas receitas do século XV, o que mais importa é garantir a narração do procedimento para o preparo dos alimentos, e não propriamente listar e quantificar ingredientes, como na tradição atual. Para tanto, a relação de sentido, por excelência, é a sequencialidade temporal.

Os resultados permitem afirmar também que a maneira como as relações de sentido são codificadas nos textos escritos é variável. E é exatamente nessa variabilidade que podemos apreender, em maior ou menor escala, índices do encontro entre as práticas de oralidade e as práticas de letramento. Nas receitas culinárias, diferentemente das cartas de aldeamento, os índices de oralidade (e, portanto, índices da mescla do oral no escrito) são abundantes. No plano da junção, verificamos o elevado domínio da composição paratática e a repetição de juntores (*e*, e *então*)

em quase todas as fronteiras oracionais. A parataxe consiste em um recurso bastante característico de inúmeras tradições da oralidade, por se tratar de uma forma de composição fundada num dialogismo que incita e exige do outro uma participação maior na construção do sentido, isto é, traz um traço mais saliente de diálogo, traduzindo, desse modo, os rituais do falado, com a ordenação de encadeamento de cenas que favorece a memorização (La Fauci 2010, 106).

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Se o falado e o escrito são modos de enunciação constitutivos, conforme sugerem as evidências discutidas anteriormente, então é natural apreender traços típicos das tradições da oralidade no material letrado, assim como é natural encontrar traços das tradições do letrado na oralidade. Portanto, fica descartada a noção de interferência, o que implicaria admitir a pureza e a disretude das modalidades, ponto de vista que rejeitamos desde o início.

Para nós, é a constitutividade do oral/letrado, como prática social, e do falado/escrito, como prática social e linguística, que dá respaldo para o entendimento de que o *locus* da mudança está em ambos os modos de enunciação. E vamos além: considerando que tudo o que se enuncia se insere num modo tradicional de dizer, numa TD, a questão maior para a mudança parece residir não propriamente no modo de enunciação, mas, sobretudo, nas características da TD.

A legitimidade da consideração das TD no estudo da mudança está, ainda, no fato de que, ao lançar mão da noção de TD que, conforme discutido, recobre o linguístico, o cultural e o convencional, o investigador dispõe de elementos para se aproximar de uma história —a princípio, dos textos, e então, da língua<sup>11</sup>— que não é só temporal, cronológica, mas que é fortemente social e cultural. Trata-se, em outras palavras, de um modo de fazer *linguística sócio-histórica*.

11 Kabatek (2008, 8-9) argumenta que é a partir da história dos textos que chegamos a conclusões sobre a história da língua: “É esta a hipótese forte das ‘Tradições Discursivas’: que a história de uma língua não apresenta só variação no nível dos dialetos, socioletos ou estilos, mas que a língua varia também de acordo com as tradições dos textos, ou seja, eles não só têm seus elementos formais, suas características de gênero ou as marcas de um tipo determinado de estruturação, mas condicionam ou podem condicionar, por sua vez, a seleção de elementos procedentes de diferentes sistemas (ou de um sistema de sistemas). E se é assim na história das línguas, será válido também para a sincronia [...] Uma linguística histórica que não tenha em conta a diversidade dos textos deve considerar-se redutora e parcial”.

## BIBLIOGRAFÍA

- Abercrombie, David. 1967. *Elements of general phonetics*. Aldine: Chicago.
- Bagno, Marcos. 2001. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.
- Béguelin, Marie-José. 2010. "Noyaux prédictifs juxtaposés". Em *La parataxe*; tome 1, *Entre dépendance et intégration*, editado por Marie-José Béguelin, Mathieu Avanzi e Gilles Corminboeuf. Collection Sciences pour la Communication. Berne: Peter Lang.
- Biber, Douglas. 1988. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bloomfield, Leonard. 1933. *Language*. New York: Henry Holt.
- Corrêa, Manoel L. 2004. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes.
- Coseriu, Eugenio. 1958. *Sincronía, diacronía e historia*. Montevideo: Universidad de la República.
- . 1981. "Creatividad y técnica lingüística: los tres niveles del lenguaje". Em *Lecciones de lingüística general*, 269-286. Madrid: Gredos.
- Coulmas, Florian. 1983. "Linguistic problems of literacy: Introduction". *Journal of Pragmatics* 7: 467-477.
- Endruweit, Magali L. 2008. "A escrita em Saussure". *Revel* 2: 1-28.
- Goody, Jack. 1977. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Halliday, Michael. 1985. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- Kabatek, Johannes. 1996. *Os falantes como linguistas: tradición, innovación e interferencias no galego actual*. Edicions Xerais de Galicia.
- . 2005. "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico". *Lexis* 29.2: 151-177.
- Kabatek, Johannes, org. 2008. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid/Frankfurt: Vervuert/Iberoamericana.
- Kato, Mary. 1993. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática.
- Koch, Peter. 1997. "Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik". *ScriptaOralia* 99: 43-79.
- Koch, Peter e Wulf Österreicher. 2007. *Lengua hablada en la Romania: Español, francés, italiano*. Madrid: Editorial Gredos.
- Labov, William. 2008 [1972]. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola.
- La Fauci, Nunzio. 2010. "Paradoxes de la parataxe". Em *La parataxe*; tome 1, *Entre dépendance et intégration*, editado por Marie-José Béguelin, Mathieu Avanzi e Gilles Corminboeuf. Collection Sciences pour la Communication. Berne: Peter Lang.
- Longhin-Thomazi, Sanderléia. 2010. "Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização". *Lusorama* 81-82: 135-150.
- Lopes, Célia R. 2011. "Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX". *Alfa* 55 (2): 361-392.
- Martin, James, Christian Matthiessen e Clare Painter. 1997. *Working with functional grammar*. London, New York, Auckland: Arnold.
- Narrog, Heiko e Toshio Otori. 2011. "Grammaticalization in Japanese". Em *The Oxford Handbook of Grammaticalization*, editado por Heiko Narrog e Bernd Heine, 775-785. Oxford: Oxford University Press.

- Noordman, Leo e Femke Blijzer. 2000. "On the processing of causal relations". Em *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*, editado por Elizabeth Couper-Kuhlen e Bernd Kortmann. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- Österreicher, Wulf. 1997. "Zur Fundierung von Diskurstraditionen". *ScriptaOralia* 99.
- Olson, David. 1997. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática.
- Pfau, Roland e Markus Steinbach. 2011. "Grammaticalization in sign languages". Em *The Oxford Handbook of Grammaticalization*, editado por Heiko Narrog e Bernd Heine, 683-695. Oxford: Oxford University Press.
- Rodríguez, Lola Pons. 2008. "El peso de la tradición discursiva en un proceso de textualización: un ejemplo en la Edad Media castellana". Em *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*, organizado por Johannes Kabatek, 197-224. Madrid/Frankfurt: Vervuert/Iberoamericana.
- Romaine, Suzanne. 1982. *Socio-historical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sandler, Wendy e Diane Lillo-Martin. 2001. "Natural Sign Languages". Em *Blackwell Handbook of Linguistics*, editado por Mark Aronoff e Janie Rees-Miller, 533-562. Oxford: Blackwell.
- Saussure, Ferdinand. 2006. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Schlieben-Lange, Brigitte. 1983. *Traditionen des Sprechens: Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.
- . 1993. "Normas do falar, da língua e dos textos". Em *História do falar e história da linguística*, 17-33. Tradução Fernando Tarallo et. al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.
- Simões, José e Verena Kewitz, orgs. 2006. *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: Uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- Street, Brian. 2006. "Perspectivas interculturais sobre o letramento". *Filologia e Linguística Portuguesa* 8: 465-488. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- Tarallo, Fernando. 1983. "Relativization strategies in Brazilian Portuguese". Tese de doutorado, University of Pennsylvania.
- . 1984. "A fênix finalmente renascida". *Boletim da Abralin* 6: 95-101.
- Weinreich, Uriel, William Labov e Marvin Herzog. 2006 [1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

**Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi**

UNESP, São José do Rio Preto

[longhin@ibilce.unesp.br](mailto:longhin@ibilce.unesp.br)

**Angélica Terezinha Carmo Rodrigues**

UNESP, Araraquara

[angelica\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:angelica_rodrigues@hotmail.com)

Trabajo recibido el 21 de febrero de 2013 y aprobado el 11 de abril de 2013.